

ASSUNTO: pronunciamento do Presidente Castelo Branco.

**O SR. SALGOT CASTILLON** — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República disse, há alguns dias, em pronunciamento de larga repercussão que "o povo já estava sofrendo menos". Tal frase, partindo de um Sr. João Goulart ou de um Sr. Adhemar de Barros, nada representaria de importante para a opinião pública, acostumada às suas tiradas demagógicas e a dar-lhes os devidos descontos, mas vinda do íntegro, ponderado e sóbrio Marechal Castelo Branco, frontalmente avesso à demagogia, provocou, em todos, natural alarme, pois, sendo sincera, revelou que, infelizmente a presidência da República está encarando a atual realidade nacional com distorções extremamente perigosas. O povo, que continua sofrendo o mesmo, recebeu melancolicamente a expressão presidencial e, porque não dizer, assustado e temeroso, desconfiando que o governo se satisfaz com as medidas abstratas que tem tomado e que não deverá contar com providências concretas, capazes de lhe minorar as aflições em que continua vivendo.

Digo essas palavras constrangido, mas é necessário dizê-las! Não tem elas caráter de crítica destrutiva e sim um sentido de colaboração; da colaboração que deve estar faltando ao Sr. Presidente da República, pois, se a tivesse, não faria uma afirmativa tão desligada dos problemas e reivindicações populares, das angustias, dos anseios e dos sofrimentos presentes do povo.

Dirão alguns que depois do longo período de calamidade a que a inépcia do governo João Goulart lançou a Nação, só um milagre poderia fazer o País voltar à normalidade em 4 meses. Concorde! E comigo, acredito, concorda a maioria do povo, que gostaria de ouvir do Sr. Presidente da República essa verdade, em vez do desafinado "o povo já está sofrendo menos". E tenho a certeza de que todos aceitariam, de bom grado, qualquer apêlo que lhes fosse endereçado, partido do Marechal Castelo Branco, solicitando paciência, compreensão e cooperação, principalmente, dos trabalhadores, para os dias difíceis, de cinto apertado, necessários para a completa recuperação política, social e econômica do país.

O povo esperava, e ainda espera, que o movimento de 31 de março o libertasse do caos passado, oferecendo-lhe um futuro seguro. A frase do Marechal Castelo Branco, anunciando que estavam minorações sofrimentos que persistem intensamente, deu ao povo a sensação de que o governo se satisfará em dar-lhe o mínimo, muito aquém do que necessita. Criou, no povo, a impressão que o movimento revolucionário pensa que, pelo fato de tê-lo libertado de um tumor maligno, deve ficar satisfeito em permanecer doente, até morrer de pneumonia.

A Revolução moralizadora está sendo prejudicada, no conceito popular, porque o Governo revolucionário está revelando uma extrema insensibilidade política e social. Perde, dia a dia, a confiança que nele depositava a classe média, devido ao encarecimento constante e desenfiado do custo de vida e a impunidade inexplicável dos grandes ladrões da Nação, e não conquista a confiança do proletariado, porque não sente a autêntica pulsação das massas trabalhadoras.

Nestas minhas desprezíveis considerações, procurarei analisar, em rápidas pinceladas, somente a incompatibilidade, presente e sanável, existente entre o governo e os trabalhadores, já que o combate à alta do custo de vida e à corrupção tem sido, exaustivamente, comentadas e estudadas, tanto nesta Assembléia, como pela imprensa.

Disse e repito, Sr. Presidente e Srs. deputados, que a Revolução não consegue conquistar a confiança do proletariado, porque não sente a autêntica pulsação das massas trabalhadoras. Explico-me. O pulsar dos operários é o sindicato. E esse pulsar, o instrumento vivo de ligação dos trabalhadores com o governo, o movimento sindical, está, desde 31 de março, de "castigo", como se faz com as crianças traquinas.

Criou-se um vácuo entre as classes trabalhadoras e o governo. Vácuo perigoso que se poderá transformar, dentro em breve, em novo fator de insegurança e intranquilidade social. Reprimir o movimento sindical tem dado resultados funestos em todas as partes do mundo. Ao deixar de ser reprimido, irrompe com a mesma violência das águas que arrombam a barreira de um dique que lhes embarça o curso normal. Transforma-se numa força destruidora, que os comunistas sabem bem aproveitar em suas arremetidas contra a Democracia.

O movimento sindical não estancado, seguindo livremente o seu curso, é uma força impulsora de progresso e bem-estar que os comunistas não desejam, já que para eles quanto pior, melhor. Não houvesse o reprimimento anterior a 1945 e não teria sido possível o que se assistiu no Brasil, nestes últimos anos. Essa é uma verdade sociológica que o governo Castelo Branco parece desconhecer e esse desconhecimento poderá ocasionar o retorno do País ao caos, num futuro próximo.

Os trabalhadores brasileiros estão agora completamente integrados no campo social nacional. Os seus problemas não podem voltar a ser encarados, como em outros tempos, casos de polícia. É um erro também pensar resolvê-los com "paternalismo". Ao trabalhador não se concede nada por favor, e sim por dever indeclinável moral, humano e cristão. São os direitos que conquistou e a sociedade moderna lhes assegura.

O Marechal Castelo Branco parece temer a ação livre do movimento sindical. Não precisa temê-la! Pelo contrário, deve acoroçá-la. A liberdade sindical é o apanágio das nações democráticas. Deve, afinal, compreender e se até agora não compreendeu foi por falta de assessores sindicais, que a maioria esmagadora dos trabalhadores é democrata e anticomunista. Que os trabalhadores receberam, com alívio, o expurgo dos extremistas, dentro dos sindicatos, mas estão, contudo, perplexos, porque após esse expurgo, a vida sindical esvaziou. Cabe à Presidência da República tirá-los, urgentemente, dessa perplexidade, antes que seja tarde demais para a revolução conseguir condições de conquistar-lhes a confiança. O Marechal Castelo Branco deve, de imediato, estreitar as suas ligações com o movimento sindical brasileiro, agora liberto dos pelegos e comunistas. Os operários desejam esse encontro, que a nação precisa, sob pena de grave rompimento do equilíbrio social, com consequências futuras imprevisíveis para a paz social e a própria segurança nacional. É o apêlo que faço desta tribuna ao ínclito Presidente da República, movido unicamente pelo desejo de colaborar e com o pensamento voltado, sinceramente, para o bem-estar do povo e os altos destinos do Brasil.

Sr. Presidente, cedo o restante do meu tempo ao nobre deputado Israel Dias Novaes.